



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2014

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes.

Identificação
Nome completo e sigla MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
CNPJ 33.224.254/0001-42
Empresa Pública
Natureza jurídica Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.170-000
Endereço www.mgs.srv.br

Perfil
A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública por força do art. 125 a 129 da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994.

Com foco na sustentabilidade empresarial, contribui para o cumprimento dos objetivos e metas do Estado de Minas Gerais, tendo, ainda, como visão, ser referência na prestação de serviços e comprometida com a valorização

profissional.
Especialmente no exercício de 2014, ao completar 60 anos de sua fundação, a MGS consolida sua posição de destaque na prestação de serviços no Estado de Minas Gerais.

Desempenho
O prejuízo do exercício de 2014, absorvido pelas reservas de lucros, é justificado, basicamente, pela redução de 9,8% para 7,5%, a partir de maio de 2013, sofrida pela taxa de administração cobrada dos clientes integrantes da Administração Pública Estadual, juntamente com o incremento das despesas administrativas, dentre as quais se destacam: despesas judiciais com ações trabalhistas, constituição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, gastos com depreciação e amortização, despesas com a prorrogação do período do salário maternidade, despesas com alugueis e despesas com publicações no Diário Oficial.

No final do exercício de 2014, a MGS, que contava com cerca de 19.123 empregados, atendia a 68 clientes no Estado de Minas Gerais, incluindo o Município de Belo Horizonte, estando presente em 152 municípios mineiros e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, prestando serviços junto aos Escritórios de Representação dos Governos Estadual e Municipal de MG.

Entre as principais realizações de 2014, destacam-se:
Reestruturação tecnológica
Merce destaque a implantação do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) ou Enterprise Resource Planning (ERP), adquirido pela MGS em 2013 e iniciada a sua implantação em janeiro de 2014.

tomada de decisões.
Implantação do sistema de custos
Em busca do aperfeiçoamento empresarial, a MGS contratou consultoria especializada para implantação de sistema de gerenciamento de custos e análise de seus contratos de prestação de serviço.

Reestruturação física
Com vistas a possibilitar o acondicionamento adequado e a melhor gestão administrativa, foi implantada uma nova estrutura física de almoxarifado para o armazenamento de materiais e insumos necessários à prestação de serviços.

Segurança no trabalho
No que se refere à Segurança do Trabalho, a MGS somou esforços para redução da frequência de acidentes e controle do Fator Acidentário Previdenciário. Com uma equipe composta por profissionais especializados, foram incrementadas ações focadas em treinamento e conscientização dos empregados, fornecimento de equipamentos de proteção individual e inspeções periódicas de segurança.

Capacitação de empregados
Em continuidade à Política de Desenvolvimento Institucional, a MGS procedeu à realização de treinamentos e reciclagem dos seus empregados, atuantes em diversos segmentos. No ano de 2014, 8.838 empregados foram capacitados, sendo que desses, 7.618 ficaram sob a responsabilidade da equipe de treinamento da própria MGS e 1.220 participaram de cursos externos e eventos de empresas parceiras ou contratadas.

Digitalização de documentos internos
Foi instituída uma unidade própria para digitalização de documentos dos setores internos, com equipe especializada e espaço estruturado, objetivando a conservação dos documentos e otimização do tempo de consulta destes pelas áreas, redução dos custos de movimentação e melhor gestão dos

espaços físicos de cada setor.
Modernização do registro de patrimônio
Para adequação às normas contábeis vigentes, a MGS contratou empresa especializada em gestão patrimonial para realização do levantamento físico, identificação da vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais e realização do teste de Impairment (recuperabilidade), em consonância com os pronunciamentos contábeis. Todo o patrimônio imobilizado está sendo inventariado para inspeção física e realização da reclassificação, por meio de revisão da nomenclatura de seus bens, e descrição detalhada, sendo registrados, também contabilmente, de maneira que reflita o seu real estado de realização e sirva de base para o cálculo da depreciação em seus balanços.

Incentivo à cultura
Por meio da Lei Federal (Rouanet) e da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, a Empresa patrocinou projetos, somando um aporte de R\$ 392.734 em 2014. A iniciativa visa a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural e fortalecer as políticas sociais junto à sociedade.

Conclusão
A respeitável trajetória desta empresa pública, consolida-se, ainda mais neste momento, com a realização das melhorias observadas no exercício de 2014, cujas ações visaram oferecer serviços com qualidade a custos otimizados e atendimento adequado a todos os seus clientes.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em reais - R\$)
Table with columns for ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, and sub-columns for Notas, 31/12/2014, and 31/12/2013.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em reais - R\$)
Table with columns for Notas, 31/12/2014, and 31/12/2013.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em reais - R\$)
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em reais - R\$)
Table with columns for Saldo em 31 de dezembro de 2012, Saldo em 31 de dezembro de 2013, and Saldo em 31 de dezembro de 2014.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

k. Plano previdencial
Desde agosto de 1992 a MGS é patrocinadora de um Plano de Previdência Social junto à Fundação Libertas de Seguridade Social, antes denominada PREVI-MINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de complementar auxílios doença e aposentadorias (por idade, por invalidez ou por tempo de contribuição) concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e Administradores.

l. Estimativa contábil
Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG. Tem como objeto social a prestação de serviços técnicos administrativos e gerais às secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos seguintes setores: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamento rotativos; III. administração de condomínios; IV. reparação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI. execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII. gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX. fornecimento, revenda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X. administração e representação de ações trabalhistas.

b. Estoques
Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por uniformes, material de limpeza e por peças de reposição para utilização nos serviços a serem prestados. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.
c. Outros ativos circulantes e não circulantes
São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, registradas ao custo.
d. Depósitos judiciais
A conta registra depósitos judiciais decorrentes de processos judiciais trabalhistas, cíveis e de natureza tributária e depósitos recursais.
e. Imobilizado e Intangível
O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As depreciações são calculadas pelo método linear, e as taxas foram definidas de acordo com os critérios da legislação tributária.
O intangível da empresa está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos componentes do intangível. Encontra-se em fase de conclusão os trabalhos de levantamento físico, revisão da vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais e realização do teste de Impairment (recuperabilidade), em consonância com os pronunciamentos contábeis, por empresa especializada em gestão patrimonial, contratada pela MGS em setembro de 2014. As possíveis alterações serão refletidas nas demonstrações do próximo exercício, após a finalização dos trabalhos, prevista para março de 2015. A Administração entende que não haverá ajuste material nos grupos do imobilizado e intangível.
f. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.
g. Provisão para contingências
As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável, apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.
h. Imposto de renda e contribuição social
A empresa adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução, evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

i. PIS e COFINS
São calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

5. DEPÓSITOS VINCULADOS
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS
Representados por antecipação de férias a empregados no valor de R\$3.119.390 (R\$ 2.830.116 em 2013).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

9. GASTOS A APROPRIAR
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em reais - R\$)
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

10. DEPÓSITOS EM GARANTIA (CAUÇÕES)
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.

Trata-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte de recursos relativos a garantia oferecida no contrato de prestação de serviços celebrado com a MGS. Os valores encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos com carteira de Títulos Públicos Federais, do Banco do Brasil, Fundo BB CPAdministrativo Soberano.

11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES
Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013.



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores em reais - R\$)

Reforma do Edifício Lutétia

O saldo corresponde aos gastos com a reforma do imóvel situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro - Belo Horizonte-MG, de propriedade do IPSEMG corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, cujas obras de reforma e adaptação ficaram sob a responsabilidade da MGS, haja vista que o mesmo seria destinado à instalação da sede da empresa, conforme Contrato de Cessão Onerosa de Uso de Bem Imóvel, firmado entre o IPSEMG e a MGS, com intervenção da SEPLAG, no ano de 2006 (Contrato nº 342/2006).

Em 2010 as obras de reforma passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG. De acordo com a decisão registrada em ata da 12ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente juntamente com a SEPLAG no retrocitado Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE.

No exercício de 2014 ocorreu a baixa de R\$ 841.051, correspondente ao valor líquido da reversão da atualização ocorrida no exercício de 2013.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos recursais	6.853.941	5.647.884
Depósitos trabalhistas	1.403.638	907.533
Totais	8.257.579	6.555.417

15. IMOBILIZADO

Imobilizado	31/12/2014		31/12/2013		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terenos	242.670	-	242.670	242.670	-
Edificações	47.499	(43.608)	3.891	5.791	4%
Móveis e utensílios	6.357.834	(3.341.748)	3.016.086	3.435.149	10%
Máquinas e equipamentos	3.151.780	(1.449.018)	1.702.762	1.878.092	10%
Veículos	487.256	(302.074)	185.182	260.274	20 e 40%
Instalações	2.893.703	(1.444.730)	1.448.973	1.738.343	10%
Ferramentas	36.553	(24.383)	12.170	15.819	10%
Computadores e periféricos	4.332.650	(2.401.195)	1.931.455	2.579.699	20%
Aparelhos telefônicos	27.878	(19.256)	8.622	11.298	10%
Totais	17.577.823	(9.026.012)	8.551.811	10.167.135	-

Em 2014, a empresa continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária, sem a prática da revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC T 27 - ativo imobilizado.

16. INTANGÍVEL

Intangível	31/12/2014		31/12/2013		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Software - Direito de uso	1.353.242	(699.454)	653.788	523.258	20%
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008	(906.103)	1.184.905	2.021.308	40%
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	2.090.400	2.090.400	-
Totais	5.534.650	(1.605.557)	3.929.093	4.634.966	-

Representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) adquirido durante o período.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis em 2015, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
INSS	4.814.151	4.589.655
FGTS	2.216.560	2.153.099
Contribuição sindical	51.473	57.858
Totais	7.082.184	6.800.612

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e CSRF), vencíveis em 2015, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações estão incluídas as provisões para fazer face ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos.

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

13. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Refere-se a crédito vinculado a uma ação trabalhista, transitada em julgado, no valor de R\$ 2.021.943, cujo valor de condenação deverá ser objeto de ressarcimento pelo Estado à MGS em face do disposto no art. 41 da Lei 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e art. 54 da Lei 10.827, de 23 de julho de 1992, encontrando-se registrado também no Passivo Não Circulante - Contingências Trabalhistas.

14. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.746	5.748
Totais	1.201.604	1.201.606

Registrado ao custo de aquisição. O investimento remanescente na CEMIG corresponde a 99,52% do total dos investimentos, que se refere a 401.369 ações preferenciais nominativas.

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Refere-se a valores de dividendos e JCP apurados nos exercícios de 2007 a 2013, devidos aos acionistas Estado de Minas Gerais e Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

	31/12/2014 e 31/12/2013	
	Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG
Dividendos	15.720.712	162.348
JCP	-	10.029
Totais	15.720.712	172.377

21. GARANTIAS CONTRATUAIS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Prefeitura de Belo Horizonte	2.377.776	2.184.296
Caução contratos com fornecedores	0	2.360
TOTAIIS	2.377.776	2.186.656

Trata-se, basicamente, de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia oferecida no contrato de prestação de serviços com a MGS. Vide nota nº 10.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Prováveis	Possíveis	Prováveis	Possíveis
Trabalhistas	15.734.652	0	10.571.675	0
Cíveis	459.013	471.953	432.101	1.259.248
Totais	16.193.665	471.953	11.003.776	1.259.248

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social de R\$24.560.206 em 31.12.2014 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, com participação de 99%, e a Imprensa Oficial do Estado de MG, com participação de 1%.

	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	24.560.206	24.000.000
Reserva legal	2.554.368	2.554.368
Retenção de lucros	12.598.690	22.566.042
Totais	39.713.264	49.120.410

b) Reserva de Lucros

As reservas de lucros são compostas por: i) reserva legal no valor de R\$2.554.368, constituída à alíquota de 5% de resultados de períodos anteriores, não excedendo a 20% do Capital Social, e, ii) retenção de lucros no total de R\$12.598.690. Em comparação a 2013 a retenção de lucros foi

22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Representados por "obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos" e "outras contas a pagar", exceto fornecedores de materiais do estoque, relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações com desc. folha pagamento ..	1.615.045	1.822.177
Aluguéis e condomínios	408.067	331.078
Serviços de terceiros	651.839	383.642
Máquinas e equipamentos	448.017	570.581
Aquisições do imobilizado	30.729	2.028
Aquisições do intangível	1.988.904	2.331.404
Seguros	189.875	257.062
Conta corrente de clientes	159.859	7.932
Outros	71.594	74.682
Totais	5.563.929	5.780.586

23. CONTINGÊNCIAS

A empresa é parte em ações trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais, oriundas do curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e com base na opinião de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Riscos		Provisionado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Prováveis	Possíveis	Prováveis	Possíveis
Trabalhistas	15.734.652	0	15.734.652	10.571.675
Cíveis	459.013	471.953	459.013	432.101
Totais	16.193.665	471.953	16.193.665	11.003.776

reduzida pelo aumento de capital social ocorrido em abril de 2014 no valor de R\$560.206, e pela compensação do prejuízo do exercício de 2014 no valor de R\$9.892.500. Alterada também pela adição do valor de R\$485.354, referente a ajuste de exercícios anteriores.

25. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta na venda de serviços	687.724.960	677.147.901
Impostos e contribuições incidentes s/ vendas (87.695.458)	(87.695.458)	(77.775.267)
Descontos, devoluções e cancelamentos	(13.299)	(761.852)
Receita líquida	600.016.203	598.610.782

A empresa integra o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Portaria RFB 11.213/07 e se enquadra como sociedade de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei 11.638/2007, em decorrência da receita bruta anual ser superior a 300 milhões de reais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA
Presidente

CARLOS VANDERLEY SOARES
Vice-Presidente

ALCIONE MARIA MARTINS COMONIAN
Conselheira

ALZIRA DE OLIVEIRA JORGE
Conselheira

FRANCISCO EDUARDO MOREIRA
Conselheiro

JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO DA SILVA
Conselheiro

ÓTILIO PRADO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS VANDERLEY SOARES
Diretor-Presidente

JOSÉ MAURÍCIO SALGADO
Diretor

WALTER PEREIRA DE CASTRO
Contador CRCMG 065070/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**, Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para Opinião com Ressalva
A Empresa não adotou o Pronunciamento Contábil CPC 27 - "Ativo

Imobilizado" e manteve a depreciação de seu ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pela legislação fiscal vigente. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação no exercício caso a revisão da vida útil houvesse sido realizada. A Empresa, também, não avaliou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do exercício se haveria alguma indicação de que seu ativo imobilizado, porventura, perdeu representatividade econômica, considerada relevante. Consequentemente, não nos foi possível determinar os impactos destas revisões no ativo imobilizado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, e no resultado do exercício findo nesta data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG Nº 002.684/O ALVARÁ CRCMG Nº 118/2008

Fernando Antonio Lopes Matoso
Contador CRCMG 11.628/O-3

José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

CIDADANIA
Economize água, pois todo o planeta precisa dela.

ECONOMIZE

IMPRESA OFICIAL
MINAS GERAIS